

Curriculum vitae

1 — Identificação pessoal:

Nome — Maria Manuela Teixeira dos Santos Estevinho Fronteira;
 Data de nascimento — 27 de Agosto de 1953;
 Estado civil — casada;
 Residência — Praceta de Amadeu de Sousa Cardoso, 3, rés-do-chão, 2900-164 Setúbal.

2 — Habilitações literárias e académicas — licenciatura em Direito, pela Universidade Moderna, com a média final de 14 valores (1992-1997).

3 — Qualificação profissional — estágio de advocacia na Ordem dos Advogados, conselho distrital de Évora, com a inscrição suspensa.

4 — Experiência profissional:

Desde Setembro de 2004 exerce o cargo de chefe de divisão do Gabinete de Gestão e Formação na directa dependência do director-geral;

Em Junho de 2003 foi nomeada coordenadora do Gabinete de Gestão e Formação, ficando na dependência directa da então directora-geral;

Desde Julho de 1993 exerce funções na área da gestão e formação; Em Fevereiro de 2005 foi nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal;

Em Outubro de 2001 foi nomeada técnica superior de 1.ª classe, precedendo concurso;

Em Julho de 1998 ingressa na carreira técnica superior, na sequência de concurso interno de ingresso, na categoria de técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social;

Desempenhou ainda as seguintes funções:

Interlocutora para a auditoria à gestão, levada a cabo pela Inspecção-Geral da Administração Pública (IGAP), para que foi nomeada por despacho da directora-geral;

Coordenação do manual relativo às medidas de saúde, higiene e segurança no trabalho;

Coordenação do manual relativo às medidas de modernização administrativa, no âmbito do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril;

Assessoria jurídica à directora-geral, quer em matéria específica de gestão de recursos humanos quer em matérias de âmbito geral da Direcção-Geral;

Designada, por despacho da directora-geral, para a assessorar directamente no processo de reforma da Administração Pública/iniciativas de melhoria dos serviços;

Responsável pela elaboração de um *dossier* sobre o regime jurídico de aquisição de bens e serviços, composto por minutas e fluxogramas para cada tipo de procedimento;

Presidente da comissão de negociações, para efeitos do artigo 136.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho (regime jurídico da aquisição de bens e serviços), cabendo-lhe definir as regras básicas de funcionamento, negociar propostas e elaborar actas nos termos da lei;

Coordenação e concepção de um *tableau de bord* de indicadores de gestão, com actualização mensal, destinado a apoiar a decisão superior;

Participação em diversas reuniões no Instituto de Informática do Ministério das Finanças com vista à implementação da base de dados de recursos humanos da Administração Pública (BDAP) e sistema de avaliação de desempenho na Administração Pública (SIADAP);

Responsável pelo supervisionamento do carregamento da base de dados do SIADAP;

Responsável pelo supervisionamento da base de dados Contactus, sistema de suporte à decisão — balanço social;

Responsável pela organização e coordenação das acções de formação e eventos realizados na Direcção-Geral;

Nomeada, por despacho da directora-geral, membro do conselho de coordenação da avaliação da Direcção-Geral, no âmbito do processo SIADAP;

Designada secretária do Conselho de Coordenação da Avaliação;

Nomeada, por despacho da directora-geral, para um grupo *ad hoc* com vista a dotar a Direcção-Geral de meios tecnológicos necessários ao controlo da assiduidade;

Ministrou o curso sobre regime jurídico da função pública, no Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores;

Proferiu a comunicação sobre a aplicação prática do SIADAP num organismo da Administração Pública, a convite na NPF — Pesquisa e Formação, nos dias 15 e 16 de Novembro de 2005, no Hotel D. Pedro, em Lisboa.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 436/2006. — Considerando que:

1 — Em 31 de Janeiro de 2005, foi outorgado pelo Estado Português e a International Sailing Federation (ISAF) o contrato que atribui ao Estado Português o direito de organizar, em Cascais, em 2007, os campeonatos do mundo de vela olímpica, no âmbito do qual foram assumidos compromissos financeiros com a organização do evento e com a construção de infra-estruturas no perímetro da Marina de Cascais;

2 — Pelo Decreto-Lei n.º 200/2005, de 14 de Novembro, foi constituída a sociedade Portugal Vela 2007 — Sociedade Promotora da Realização em Portugal do Campeonato Mundial de Classes Olímpicas de Vela 2007, S. A., com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo capital social, no montante de € 500 000, foi subscrito pelo Estado e pela Câmara Municipal de Cascais;

3 — De acordo com o n.º 6 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 50-A/2006, que estabelece as normas para a execução do Orçamento do Estado para 2006, foi decidido que, durante o ano de 2006, parte das receitas próprias do Instituto do Turismo de Portugal e do Instituto do Desporto de Portugal podem ser transferidas para a Portugal Vela 2007, S. A., para financiamento de despesas a realizar no âmbito do objecto social daquela sociedade;

4 — De acordo com o cronograma financeiro constante do antedito contrato, a previsão do custo total do evento é de 16 milhões de euros, existindo actualmente uma insuficiência de 8 milhões de euros para 2006.

Assim, determina-se que:

1 — O Instituto do Turismo de Portugal e o Instituto do Desporto de Portugal devem transferir, em 2006, respectivamente, 6 milhões de euros e 2 milhões de euros das suas receitas próprias para a Portugal Vela 2007, S. A., tendo em vista o financiamento das despesas com a realização dos Campeonatos do Mundo de Vela Olímpica de 2007.

2 — Considera-se, no caso do Instituto do Turismo de Portugal, autorizada a integração e utilização o saldo da gerência de 2005, no montante referido no n.º 1 anterior, sem prejuízo do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.

3 de Maio de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Comando de Polícia de Faro

Aviso (extracto) n.º 6299/2006 (2.ª série). — Por despacho do comandante de Polícia de Faro de 7 de Março de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública, notifica-se Orlando Manuel Pereira Mestre, filho de Orlando Manuel Mestre e de Maria Regina Revés Pereira Mestre, natural de Faro, com última residência conhecida na Rua de Luís de Camões, lote 9, 3.º, direito, em Faro, que foi arquivado o processo com o NUP2004FAR00015DIS, o qual foi instaurado ao agente M/135 270, Vasco Manuel Águas Roque.

2 de Maio de 2006. — O Comandante, *Jorge Filipe Guerreiro Cabrita*, intendente.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 11 710/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Dezembro de 2005 do Ministro de Estado e da Administração Interna, foi promovido ao posto de intendente, por concurso de avaliação curricular, nos termos dos artigos 31.º e 41.º, n.º 1, do Estatuto da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, ficando posicionado no escalão 1, índice 410, sendo a antiguidade reportada a 23 de Dezembro de 2005, para efeitos de futura promoção e progressão, o subintendente M/100075, Manuel Gomes do Vale.

15 de Maio de 2006. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*, intendente.